



**MAIO
2017**

**PAINEL DE CONJUNTURA
MACROECONÔMICA ISAE
DE 01 A 05 DE MAIO - 2017 - 19ª EDIÇÃO**

Atento ao quadro de instabilidade econômica e com o intuito de auxiliar nas tomadas de decisões do mercado, o ISAE reuniu profissionais das áreas financeira e econômica e criou o Comitê Macroeconômico, com o objetivo de agregar valor à sociedade por meio de pesquisas, análises e interpretações de dados macroeconômicos.

O Comitê Macroeconômico é coordenado por Rodrigo Casagrande, professor do Mestrado em Governança e Sustentabilidade do ISAE, e Fabio Alves da Silva, executivo de finanças da Renault. É composto por profissionais que possuem competências complementares, provenientes de diferentes instituições, como ISAE, Banco Central do Brasil, Renault e SEBRAE.

O comitê também conta com a participação de alunos do CFO Strategic, programa do ISAE em parceria com o IBEF (Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças), que capacita o profissional de finanças com foco nas pessoas que impulsionam as ações e potencializam os resultados, além de alunos do Programa de Mestrado em Governança e Sustentabilidade do ISAE.

Equipe Técnica

André Alves
Adriano Bazzo
Christian A. Geronasso
Christian Bundt
Luciano De Zotti
Jefferson Marcondes
Patrick Silva

Coordenação Técnica

Fabio Alves da Silva

Coordenação Geral

Rodrigo Casagrande

Confiança:

- Industriais e comerciantes insatisfeitos... consumidores nada animados.

Preço e Juros:

- Inflação: procurando um limite II (inferior).
- SELIC: órbitas circulares.

Mercado de Trabalho

- PNAD aponta taxa de desemprego de 13,7% no primeiro trimestre de 2017.

Tecnologia:

- Dronepol e o Ministério da Verdade.

Opinião

- A Reforma da Previdência e a Legitimidade.

PERSPECTIVA DO MERCADO SEGUNDO A PESQUISA FOCUS – 02/05/2017

Estimativas para Encerramento do Ano - Brasil	2017	2018
PIB (% do crescimento)	0,46	2,50
Produção Industrial (% do crescimento)	1,47	2,50
Inflação - IPCA (%)	4,03	4,30
SELIC (%)	8,50	8,50
Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	51,40	55,00
Taxa de Câmbio - fim de período (R\$/US\$)	3,23	3,38
Balança comercial (US\$ Bilhões)	53,15	41,10
Investimento Direto no País (US\$ Bilhões)	78,00	80,00

Fonte: BCB

AGENDA DA SEMANA

Dia	Indicador / Evento
02/05	Boletim Focus (BCB)
02/05	IPC (S) (FGV)
02/05	Balança Comercial (MDIC)
03/05	Índice de Commodities (BCB)
03/05	Pesquisa Industrial Mensal (IBGE)
26/04	Fluxo Cambial (BCB)
26/04	IPC - (Fipe)

CONFIANÇA: Industriais e comerciantes insatisfeitos... consumidores nada animados.

A Fundação Getulio Vargas (FGV) divulgou, na última semana de abril, sua pesquisa de índices de confiança da indústria (ICI), do comércio (ICOM), do segmento de serviços (ICS) e de consumidores (ICC). A opinião dos empresários não é uninânime: comércio e indústria têm perspectivas boas da economia, apesar de estarem insatisfeitos; já os empresários do setor de serviços não têm perspectivas boas e estão insatisfeitos.

O ICI avançou 0,5 ponto em abril de 2017, para 91,2 pontos, ante 90,7 em março passado. O crescimento se deu por conta do aumento no índice de expectativas, principalmente para os próximos seis meses. A alta da confiança atingiu 11 dos 19 segmentos industriais pesquisados. Apesar do aumento, o ICI continua em campo negativo (abaixo dos 100 pontos). Outra questão interessante é o aumento do uso da capacidade instalada, que em dezembro de 2016 era de 72,9% e chegou em 74,7% em abril de 2017. Conforme o Superintendente de Estatísticas Públicas da FGV/IBRE, Aloisio Campelo Junior, "a Sondagem da Indústria de abril retrata um setor ainda insatisfeito com a situação presente dos negócios mas bem menos pessimista quanto ao futuro que esteve no ano passado".

O ICOM subiu 3,5 pontos em abril, de 85,6 para 89,1 pontos, na terceira alta consecutiva. A elevação do ICOM em abril ocorreu em oito dos 13 segmentos alcançados na pesquisa e pesou mais pela melhora no Índice de Situação Atual (ISA-COM), que subiu 6,8 pontos no mês; já o Índice de Expectativas (IE-COM) registrou ligeira alta de 0,2 pp. A terceira alta consecutiva consolida o patamar, que ainda permanece abaixo dos 100 pontos. Ou seja, no campo pessimista. Merece destaque a diminuição da distância entre as perspectivas das empresas que pretendem aumentar ou diminuir o quadro de pessoal. Em abril, 15,2% das empresas pretendem aumentar o número de funcionários e 12,0%, reduzi-lo. Esta é a primeira diferença positiva para este indicador desde dezembro de 2014. Essa pequena diferença mostra que o setor pode estar próximo de voltar a contratar.

O ICS chegou aos 84,2 pontos, recuando 1,1 pp em abril, após ter avançado 4,4 pp no mês anterior. O resultado negativo se deve à piora da percepção das empresas em relação aos próximos meses, refletido no Índice Expectativas (IE-S), que caiu 4,3 pontos, após ter aumentado 7,9 pontos em março de 2017. Por outro lado, a opinião sobre a situação atual melhorou, elevando o Índice de Situação Atual (ISA-S) em 2,2 pontos, após crescer 0,9 ponto no mês anterior.

O ICC marcou 82,2 pontos em abril, recuando 3,1 pp, dos 85,3 de março. Houve piora tanto nas avaliações sobre a situação atual quanto nas expectativas em relação aos próximos meses. O Índice da Situação Atual (ISA) caiu 0,7 pp, alcançando 70,8 pontos, e o Índice de Expectativas (IE) recuou 4,6 pp, para 91,1 pontos. Depois de subir nos três meses anteriores, o ICC ainda se mantém na casa dos 80 pontos. Em abril de 2016, marcava 65,3 pontos. Para Viviane Seda Bittencourt, Coordenadora da Sondagem do Consumidor, “a queda da confiança dos consumidores em abril está relacionada a uma calibragem das expectativas retratada pelo recuo do Índice de Expectativas para um nível distante da neutralidade (100 pontos), em um quadro que pode ser considerado como de pessimismo moderado”.

Os índices de empresários e consumidores apontam que o comércio e serviços opinaram pela melhora da situação atual e pouca expectativa de melhora nos próximos seis meses, ao contrário da Indústria. Já os consumidores se mostraram pessimistas no cenário atual e futuro. Apesar das movimentações e alguns sinais positivos, todos os índices estão abaixo dos 100 pontos, ou seja, no campo da insatisfação e pessimismo.

Preço e Juros

Inflação: procurando um limite II (inferior).

O relatório de mercado Focus demonstra que o IPCA está suavizando a queda esperada. O índice, ao que parece, estabilizará em torno de 4% para 2017 e 4,30% em 2018. A aposta pela Mediana Agregado do relatório mostra 2017 terminando com o índice em 4,03%, e 2018 em 4,30%. O alinhamento demonstrado na média das expectativas das Top 5 (as instituições que mais acertam entre as pesquisadas) apresenta que em 2017 a inflação atingiria 3,54% (insignificante aumento em relação à semana passada) e 4,22% em 2018.

	2017				2018			
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comportamento Semanal	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comportamento Semanal
IPCA%	4,10	4,04	4,03	▼ (7)	4,50	4,32	4,30	▼ (3)

O IPCA-S (semanal) ficou abaixo das expectativas, acumulando nos últimos 12 meses 4,17%, muito próximo do valor esperado pelo BC para os 12 meses terminados em maio/17. Convém atentar que os grupos Habitação e Alimentação tiveram redução em associação ao aumento do desemprego, o que é um indicativo de que a economia continua a descansar em berço não tão esplêndido.

Inflação Acumulada



SELIC: órbitas circulares.

SELIC: órbitas circulares.

O mercado continua orbitando nos 8,50% para as expectativas da taxa Selic em 2017 e 2018. A média do Top 5 começa a ceder deste ponto (8,45%). A inflação ainda em queda suave ajuda muito nessa composição. O desemprego crescente evidencia que a propaganda governamental sobre as melhoras das condições econômicas é apenas propaganda e as políticas anticíclicas, que mascaram as efetivas ações cíclicas do governo, ainda não promovem a retomada econômico.

Fator preponderante de incentivo ao crescimento e que sustentou os 3,9% de crescimento médio do PIB entre 2004 e 2013, o crédito continua caro e encolhendo. Isso ocorre basicamente porque os bancos privados, protegidos pela jurisprudência, não assumem sua função socioeconômica: a relação crédito/PIB (abril/2017) no Brasil declinou 0,1 p.p., para 48,6%, ante 52,3% em março de 2016, contração de 2,7% em doze meses. Em comparação, nos Estados Unidos a relação é em torno de 166% e no Chile por volta de 80%. Assim, na maior recessão de que se tem notícia no Brasil, tratada com ações típicas de momentos econômicos comuns, há pouca expectativa de que o COPOM em maio seja mais agressivo em relação ao corte da taxa básica e, neste caminho único, se adicione o primeiro semestre de 2017 aos vários de recessão anteriores. Neste cenário o FMI estima que o PIB brasileiro não ultrapasse o crescimento de 0,2% em 2017.



Fonte: BCB

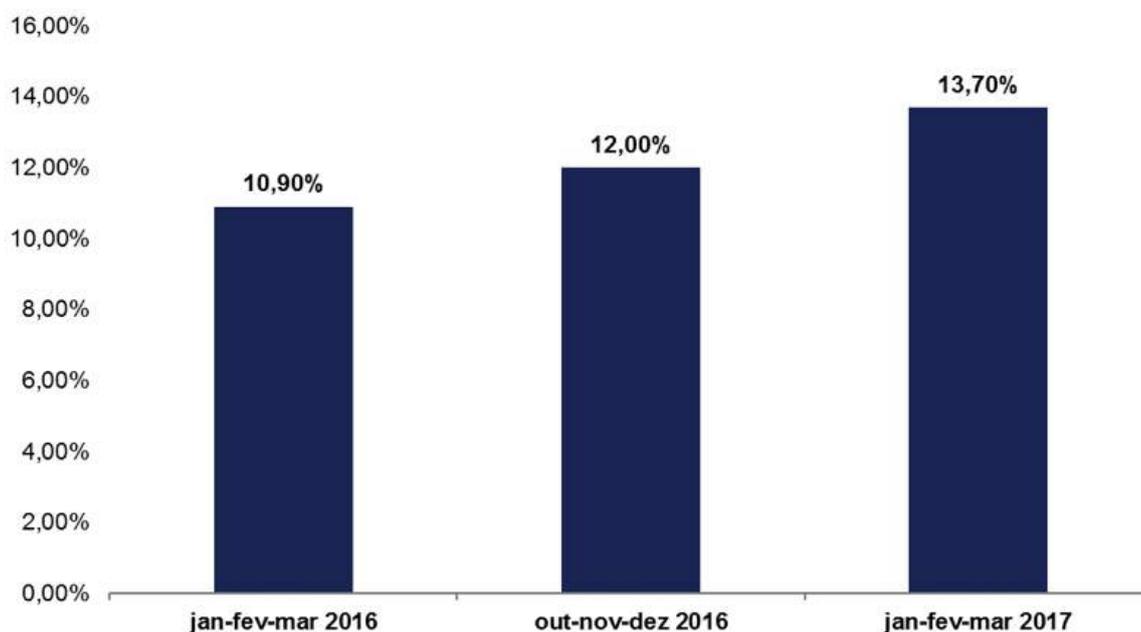
Mercado de Trabalho: PNAD aponta taxa de desemprego de 13,7% no primeiro trimestre de 2017.

A taxa de desemprego no primeiro trimestre de 2017 (jan-fev-mar/17) fechou em 13,7 %, de acordo com a PNAD divulgada pelo IBGE no último dia 28/04, sendo que esta é a maior taxa de desemprego desde que começou a ser medida em 2012.

Quando comparada ao trimestre anterior (out-nov-dez/16), constatou-se que houve um crescimento 1,7 p.p. na taxa de desemprego que representa um acréscimo de 1.800.000 pessoas que não conseguem encontrar trabalho. Tal crescimento constata a deterioração do mercado de trabalho, como reflexo do momento de instabilidade política do país, bem como da crise econômica que resultou na diminuição da produção industrial, de vendas no comércio e de redução nos serviços.

Para a sequência de 2017, o índice tende a se estabilizar e poderá haver uma melhora no último trimestre com a retomada do crescimento econômico e estabilização política no país. A recuperação do nível de emprego será lenta, pois mesmo havendo a geração de novos postos de trabalho, as pessoas que desistiram de buscar trabalho devem voltar a procurá-lo, engrossando a estatística dos desempregados. Vale lembrar, que o índice é calculado a partir de pessoas que procuraram emprego nos últimos 30 dias e não encontraram.

Taxa de desemprego – evolução trimestral



Fonte: Pnad. IBGE

Tecnologia: Dronepol e o Ministério da Verdade

Em breve, São Paulo será monitorado por drones doados pela empresa chinesa Dahua Technology, uma das líderes mundiais em soluções de monitoramento por vídeo. Alguns dos equipamentos possuem câmeras térmicas, alto falantes e microfones para localizar alvos e interagir com o entorno. É inevitável a conexão com o clássico 1984, de George Orwell, que descreve um utópico futuro onde a população, monitorada por câmeras, deveria seguir regras rígidas de comportamento e cujo descumprimento seria fatal.

De acordo com pesquisa da Goldman Sachs Research, estima-se que entre 2016 e 2020 o mercado de drones representará 100 bilhões de dólares, sendo 70 bilhões representados pelo segmento militar, 17 bilhões oriundos de consumidores finais e 13 bilhões decorrentes de investimentos realizados por empresas e pelo governo tal como a Dronepol antes mencionada. Apenas no Brasil, o investimento estimado é de R\$ 800 milhões. Num futuro próximo, policiais utilizarão óculos de realidade virtual para monitorar áreas de risco diretamente das delegacias, sem a necessidade de colocar suas vidas em jogo. Em matéria publicada pela Gazeta do Povo, em 30 de abril de 2017, Curitiba já planeja a utilização de drones para atualização dos valores cobrados de IPTU, com custo até 90% menor em relação aos meios tradicionais. Será possível mapear a cidade inteira em apenas 30 dias com imagens de alta qualidade.

Algo interessante de se observar no segmento de drones é a competitividade em baixa escala. Há diversos projetos disponíveis, gratuitamente, para serem impressos em impressoras 3D. Comunidades de crowdsourcing como o kickstarter.com possuem projetos em aberto que vão desde aplicações militares até drones de bolso que servem unicamente para tirar selfies. Provavelmente, em 50 ou 60 anos os próximos 3 anos serão recordados tal como nossos avós lembram dos primeiros automóveis e eletrodomésticos.

Fonte:

<http://www.goldmansachs.com/our-thinking/technology-driving-innovation/drones/>

Opinião: A Reforma da Previdência e a Legitimidade.

Em época de grandes debates sobre a reforma da previdência, parece-nos importante falar sobre legitimidade. O grande desenvolvimento da questão da legitimidade organizacional ocorreu em meados da década de 1990, com os trabalhos de Suchman e Scott. Suchman (1995) observou a natureza coletiva da legitimidade considerando que um determinado padrão de comportamento possui legitimidade é porque que um grupo de observadores aceita ou suporta o que consideram ser o padrão de comportamento esperado. Scott (1995) discorreu que as organizações precisam de mais do que recursos materiais e técnicos para permanecerem viáveis, também precisam aceitação social. Os dois autores convergem na interpretação de que uma organização se legitima por meio da autorização ou aprovação dos atores no ambiente circundante.

Nenhum corte de gastos será suficiente para arrumar as contas públicas, enquanto as despesas da Previdência continuarem crescendo como nos últimos anos. O mega déficit da Previdência no primeiro trimestre de 2017, no valor de R\$ 40,1 bilhões, engoliu facilmente o superávit de R\$ 21,9 bilhões acumulado no período pelo Tesouro e pelo Banco Central (BC), de acordo com o balanço primário - sem juros - do governo central.

Para aportar maior detalhamento, as receitas do Regime Geral de Previdência Social, que atendem os trabalhadores da iniciativa privada, somaram R\$ 358,1 bilhões em 2016, enquanto os gastos com o pagamento de benefícios foram de R\$ 507,9 bilhões. Ou seja, as despesas foram maiores que as receitas em R\$ 149,8 bilhões. Ao trazer para essa equação a previdência dos servidores públicos federais, civis e militares, há o agravamento do déficit. A receita do regime previdenciário desses servidores em 2016 foi de R\$ 33,6 bilhões, enquanto a despesa somou R\$ 110,8 bilhões, resultando em déficit de R\$ 77,2 bilhões.

Somando o rombo dos dois regimes chega-se ao déficit de R\$ 227 bilhões em 2016.

- É quase 10 vezes o valor gasto com o Programa Bolsa Família, que despendeu R\$ 28 bilhões em 2016; e
- É mais que o dobro de todo o gasto do Ministério da Saúde.

O Editorial do Estadão, de 01.05, de forma muito pertinente aborda que “quanto mais dinheiro do Tesouro é consumido nos gastos da Previdência, menos sobra para o governo prestar os serviços cobrados pela sociedade, como segurança, justiça, educação, saúde e investimentos necessários à operação normal, à expansão e à modernização dos equipamentos de uso público”. Essa realidade torna patente a necessidade da reforma pelos critérios contábeis apresentados nos parágrafos iniciais deste texto.

Porém, não menos importante que os números para embasar as propostas de reforma, temos a legitimidade. Legitimidade tem a ver com aceitação ou justificação. A partir do momento que o governo diz que a reforma da previdência é igual para todos, precisa haver alinhamento entre discurso e prática. Algumas categorias profissionais tiveram tratamento especial desde o início, como os militares e os juízes. Importante ficarmos atentos em como serão tratadas as várias emendas com interesses de classe no decorrer do processo de aprovação da reforma. É uma questão de legitimidade.

Enquanto isso, 7 em cada 10 são contrários à reforma da previdência...

Fontes:

Scott, W. R. (1995) Institutions and organizations: ideas and interests. Thousand Oaks: Sage.

Suchman, M. C. (1995) Managing legitimacy: strategic and institutional approaches. Academy of Management Review, 20 (3), 571-610.

<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,o-tesouro-e-o-ralo-do-inss,70001758726>

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2017/03/18/inter nas_economia,581752/texto-da-reforma-da-previdencia-tem-regras-suaves-para-a-classe-politi.shtml